

A CACAUCULTURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA FRENTE AOS IMPERATIVOS DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO

Daniel dos Santos Macêdo¹

RESUMO

A história econômica e territorial brasileira é marcada pela especialização regional, evidenciada pela cacaucultura, que desde a ocupação colonial se orientou para demandas externas. Após um período de proeminência no Sul da Bahia e uma crise severa no final da década de 1980 devido a um fungo, a cacaucultura nacional passa por um processo de reestruturação que transcende a produção primária, impulsionando a emergência de chocolates com apelo territorial. Este estudo descritivo-exploratório analisa essa reestruturação através de dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) e da FAO. Mundialmente, a produção de cacau é concentrada na África Ocidental, com o Brasil ocupando a 5ª posição em 2022, liderado por Pará e Bahia. Observa-se a formação de um binômio produtivo cacau-chocolate, com a crescente relevância de Indicações Geográficas (IGs) para as amêndoas, como no Sul da Bahia, Linhares (ES), Tomé-Açu (PA) e em Rondônia. Essa dinâmica aponta para uma transformação da cadeia produtiva, que se afasta da mera exportação da amêndoa e busca valorização em áreas não convencionais. As conclusões iniciais desta agenda de pesquisa indicam a necessidade de aprofundar a compreensão geográfica dessas implicações socioespaciais da nova cacaucultura.

Palavras-chave: Cacaucultura, Agronegócio, Reestruturação Produtiva.

RESUMEN

La historia económica y territorial de Brasil está marcada por la especialización regional, evidenciada en la cacaocultura, que desde el período colonial se orientó hacia las demandas externas. Tras un período de prominencia en el sur de Bahía y una grave crisis a finales de la década de 1980 causada por un hongo, la cacaocultura nacional atraviesa un proceso de reestructuración que trasciende la producción primaria, impulsando el surgimiento de chocolates con un marcado carácter territorial. Este estudio descriptivo-exploratorio analiza dicha reestructuración a partir de datos de la Producción Agrícola Municipal (PAM/IBGE) y de la FAO. A nivel mundial, la producción de cacao se concentra en África Occidental, situándose Brasil en la séptima posición en 2022, con destaque para los estados de Pará y Bahía. Se observa la formación de un binomio productivo cacao-chocolate, acompañado por la creciente relevancia de las Indicaciones Geográficas (IG) para las almendras, como ocurre en el sur de Bahía y en Linhares. Esta dinámica apunta a una transformación de la cadena productiva, que se aleja de la mera exportación de la almendra y busca generar valor en territorios no convencionales. Las conclusiones iniciales de esta agenda de investigación señalan la necesidad de profundizar la comprensión geográfica de las implicaciones socioespaciales de la nueva cacaocultura.

Palabras clave: Cacaocultura, Agronegocio, Reestructuración productiva.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP), danieldsmacedo@usp.br



A conformação econômica e territorial brasileira tem sido historicamente caracterizada pela especialização regional, desde os primórdios da ocupação colonial, com a proeminência da territorialização das *plantations* voltadas prioritariamente ao atendimento de demandas externas (Diégues Júnior, 1958). Essa sistemática perdura do período colonial até as fases mais recentes sob a égide da globalização. Tal fenômeno pode tanto integrar novas lógicas produtivas baseadas em demandas externas quanto reestruturar sistemas tradicionais em favor dessa dinâmica (Benko, Pecqueur, 2001; Elias, 2011; Paniagua, 2023).

Assim, em distintas espacialidades, temporalidades e ciclos produtivos, determinadas culturas se destacam pela capacidade de reorganizar o espaço regional conforme sua lógica produtiva. Nesse contexto, destacam-se culturas como a cana-de-açúcar, o café e o cacau (Prado Júnior, 1979). Enquanto as duas primeiras apresentam maior disseminação no território nacional, o cacau, apesar de sua origem amazônica, territorializou-se no Sul da Bahia sob o modelo da grande propriedade empresarial orientada para a exportação.

A partir da segunda metade do século XIX, a intensificação e capitalização da cacaucultura no Sul da Bahia assinalaram um novo capítulo pós-colonial para a região. No decorrer do século XX, esta atividade tornou-se a proeminente força econômica, submetendo a região à sua lógica de produção, conforme já documentado em obras clássicas como as de Monbeig (1945), em “Os problemas geográficos do cacau no sul do Estado da Bahia”, e Santos (1957), na obra “Zona do cacau: Introdução ao estudo Geográfico”.

No entanto, o poderio econômico e a elite altamente capitalizada que emergiram com o despontar dessa cultura, enquanto *commodity* de alta conexão com as externalidades ao longo do século XX, não isentaram a lavoura cacaueira da lógica de repetição de outros ciclos produtivos, mantendo aspectos técnico-produtivos e sociais arcaicos. Consequentemente, a economia e a sociedade formadas no Sul da Bahia enfrentaram uma ciclicidade de crises, culminando na mais severa no final da década de 1989, quando as lavouras foram drasticamente afetadas por um fungo que reduziu a produção.

Após décadas de crise produtiva, a cacaucultura brasileira tem passado por um processo de reestruturação que transcende a perspectiva primária da produção. Esse movimento tem impulsionado o surgimento de chocolates com apelo territorial. Assim, gradativamente, a cultura passa a se reestruturar em conteúdo, forma e espacialidade. Dessa maneira, o manuscrito aqui proposto constitui a parte inicial de uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida em nível de doutorado, visando aprofundar a compreensão geográfica desse processo. Para tanto, a pesquisa se valerá de dados oficiais referentes à produção cacaueira para apreender as nuances espaciais dessa reestruturação

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de natureza descritiva e exploratória. Sua estrutura metodológica está ancorada na análise de dados secundários e na revisão bibliográfica. Para a coleta dos dados, foram consultadas bases de informações oficiais, com foco na Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Adicionalmente, dados referentes à produção global de cacau foram extraídos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A análise desses dados foi empreendida com o propósito de apreender as particularidades espaciais da reestruturação da cacauicultura brasileira, inserindo-a no contexto da dinâmica global do setor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apresentados na Tabela 1, indicam que, em 2022, a produção mundial de cacau estava distribuída da seguinte forma: Costa do Marfim com 42%, Gana 12%, Indonésia 11%, Equador 6%, Camarões 5%, Nigéria 5%, Brasil com 5% e Peru com 3%, totalizando 93% da produção global (FAO, 2022). Neste contexto, observa-se uma concentração significativa da produção de cacau na África Ocidental, refletindo tanto a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) clássica quanto a mundialização capitalista da cacauicultura. Como se pode concluir a partir de Santos (1959) em relação à inserção da cultura na Costa do Marfim, onde faz constar que:

O cacau foi introduzido na Costa do Marfim ainda no século passado, quando os Fantis o plantaram na região de Aboisso, próximo à bacia lagunar. Era uma repercussão das plantações já existentes em Ghana. Em 1895, já se conhecia uma pequena plantação em M. Bato, perto de Bingerville, sobre a Laguna Potou. A expansão deu-se, depois, lentamente, conquistando áreas para o oeste, até Dabou, Grabo e Tiassalé. Em 1908, com a chegada do Governador Angoulvant, começou-se a pensar mais seriamente em estender a cultura do cacau, que, de um modo geral, encontrava sérias resistências entre os africanos. Foi em 1912 que esse funcionário francês escolheu a região de Indenié para concentrar seus esforços e estabeleceu o chamado “método das obrigações”. Esse processo, como o nome está a indicar, consistia em obrigar os africanos a abrirem roças de cacau, sob pena de castigos. Conta-se, a propósito, uma multiplicidade de fatos que bem mostram a má receptividade aos desígnios oficiais. Recebidas as sementes, os pretos plantavam de má vontade os cacauzeiros, só para satisfazerem aos prepostos do governador, mas mandavam as mulheres, durante a noite, jogarem água fervendo, a fim de impedir que germinassem. Desse modo — imaginavam — não desobedeciam às ordens governamentais, ficavam livres de castigos e, ao mesmo tempo, matavam as plantas no nascedouro (Santos, p.81, 1959).

De acordo com Santos (2020) sobre a mesma cultura em Gana, essa concentração

evidencia a dinâmica global da produção de cacau, somente em seu estado primário em países de pouca industrialização e favorecendo a de exportação de amêndoas em direção aos países desenvolvidos, que se fazem midiática e historicamente produtores laureados do produto processado, o chocolate. Tendo em vista que:

O cacau produzido destina-se ao mercado interno e externo. É comum que a parcela da produção destinada ao mercado nacional seja comprada, transportada e distribuída por alguma das vinte *Local Buying Companies* (LBC), empresas privadas e, geralmente, pouco capitalizadas que atuam no país e que são devidamente licenciadas pelo Estado. Já a parcela destinada à exportação é vendida ao COCOBOD, que realiza o transporte da commodity em caminhões pelas rodovias do país até o porto de Takoradi, na região Ocidental, por onde a mercadoria é exportada [...] no que diz respeito ao destino das exportações de sementes de cacau, pode-se identificar principalmente países europeus, americanos e asiáticos. Em 2018 os principais destinos da commodity foram Holanda (22,3%), Malásia (10,5%), Brasil (7,05%), França (6,6%), Estados Unidos (6,44%), Singapura (5,17%), Japão (5,42%) e Alemanha (4,77%) (OEC, 2020). A partir dessas exportações, as sementes são processadas e transformadas em pasta, manteiga e passam a integrar a cadeia produtiva do chocolate (Santos 68-69, 2020).

Tabela 1 – *Ranking*- produção mundial de amêndoas de Cacau – em toneladas , 2022

Posição	País	Produção (t)	(%)
1	Costa do marfim	2.358.991,00	42,85%
2	Gana	683.300,00	12,41%
3	Indonésia	650.611,69	11,82%
4	Equador	337.149,41	6,12%
5	Brasil	301.026,00	5,47%
6	Camarões	290.000,00	5,27%
7	Nigéria	280.000,00	5,09%
8	Peru	172.058,33	3,13%
9	República Dominicana	88.655,67	1,61%
10	Colômbia	62.158,00	1,13%
11	Papua Nova Guiné	42.000,00	0,76%
-	Outros	238.716,15	4,34%
-	Total	5.504.666,25	100,00%

Fonte: FAOSAT, 2022.

Esse cenário de concentração da produção primária, com destaque para a África Ocidental, tem impulsionado movimentos substanciais nos últimos anos, sobretudo, por crises climáticas e fitossanitárias que reduziram a produção de amêndoas. Assim, o valor de mercado do cacau vem alcançando índices históricos de cotação, sob alegação de uma queda na produção devido às crises que têm afetado a principal região produtora no mundo. Tal cenário, em contexto comoditizado da cultura, afeta toda a cadeia mundial de produção, inclusive o Brasil, que em sua modesta posição no ranking mundial de produção, passa a vislumbrar, sobretudo em setores do grande agronegócio, a necessidade de empreender no setor e fomentar a produção, inclusive em áreas não convencionais.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2022 (Tabela 2), revelam que, no Brasil, a produção estava distribuída proporcionalmente entre as unidades da Federação da seguinte forma: Pará com 48%, Bahia com 45%, Espírito Santo com 3% e Rondônia com 1% (IBGE, 2022). Assim, verifica-se que a produção brasileira está concentrada principalmente no Pará e Bahia, de modo que ao longo dos últimos anos esses têm se alternado na liderança da produção nacional.

Tabela 2- *Ranking*- Produção brasileira de amêndoas de cacau- em toneladas, 2022

Posição	Estado	Produção (t)	%
1	Pará	145.994,00	48,50%
2	Bahia	138.151,00	45,89%
3	Espírito Santo	10.453,00	3,47%
4	Rondônia	5.017,00	1,67%
5	Amazonas	656,00	0,22%
6	Mato Grosso	471,00	0,16%
7	Roraima	144,00	0,05%
8	Minas Gerais	129,00	0,04%
9	Ceará	11,00	0,00%
-	Total	301.026,00	100,00%

Fonte: PAM/IBGE, 2022.

Por sua vez, o contexto baiano neste cenário de valorização econômica do cacau é



especialmente complexo, por se tratar da revitalização de estruturas do grande agronegócio economicamente que estavam arrefecidas após a crise da vassoura de bruxa no final da década de 1980. A mesma, que no contexto da região produtora, o Sul da Bahia, propiciou o enfraquecimento da grande propriedade monocultora e o avanço do movimento organizado social de luta pela terra (Trevizan, 2019). Vez que o acesso à terra se viabiliza nesse contexto regional, a produção de cacau passa a estar orientada à agregação de valor, contexto no qual surge tardiamente, após mais de dois séculos de produção para exportação das amêndoas em seu estado primário. Assim, a produção se orienta para não mais apenas cacau, mas também chocolate (Xavier, Nascimento, Chiapetti, 2021). Nesse sentido, a região tem avançado numa nova especialização regional com binômio produtivo cacau-chocolate, que remonta o seguinte percurso:

Desde o final dos anos 1990, especialmente o Sul da Bahia se constitui numa das principais regiões onde se desenvolve a produção de cacau orgânico certificado no Brasil. Como uma estratégia para “contornar” a “crise do cacau” vivenciada pelos produtores da região; fortalecer modelos de produção ecologicamente sustentáveis; desvincular a produção local do mercado de commodities; e, agregar maior valor à produção, alguns poucos produtores da região, ainda de forma bastante incipiente, promoveram as primeiras experiências de prática da agricultura orgânica e (re)valorização de modelos específicos de produção desenvolvidos historicamente na região, como é o caso do sistema “cabruca”, um modelo de lavoura realizado em consórcio com a Mata Atlântica (Xavier, Nascimento, Chiapetti, p. 87. 2021).

A dinâmica essa que se sofisticava ainda mais, com incremento do capital territorial (Paniagua, 2023). As amêndoas, no caso brasileiro, uma ferramenta que tem se popularizado nesse sentido, são as Indicações Geográficas (IGs). No caso do cacau brasileiro, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) já reconheceu 4 indicações de procedência (Quadro 1), cujo produto a ser protegido por selos de distinção são as amêndoas de cacau: IG de Linhares (2012), abrangendo parte do município de Linhares; IG Sul da Bahia (2018), perfazendo 83 municípios no contexto histórico de produção no sul da Bahia; Tomé-Açu (2019), que compreende o município de mesmo nome no Pará; e Rondônia (2023), que abrange a totalidade dos 52 municípios do estado de Rondônia (INPI, 2025).

Quadro 1- Indicações de Geográficas do Cacau brasileiro

IG	Ano	Abrangência territorial	Requerente do Registro
----	-----	-------------------------	------------------------



Linhares	2012	Parte do município de Linhares (ES)	Associação dos Cacaucultores de Linhares - ACAL
Sul da Bahia	2018	Região Sul da Bahia (81 municípios) - municípios: Aiquara, Alcobaça, Almadina, Apuarema, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Boa Nova, Buerarema, Caatiba, Camacan, Camamú, Canavieiras, Coaraci, Cravolândia, Dário Meira, Eunápolis, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandú, Gongogi, Guaratinga, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Ibirataia, Igrapiúna, Iguaí, Ilhéus, Ipiaú, Itabela, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itororó, Ituberá, Jaguaquara, Iequié, Jiquiriçá, Jitaúna, Jucuruçu, Jussari, Laje, Maraú, Mascote, Mucuri, Mutuípe, Nilo Peçanha, Nova Canaã, Nova Lbiá, Nova Viçosa, Pau Brasil, Pirai do Norte, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Tancredo Neves, Santa Cruz Cabráia, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Taperoá, Teolândia, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Valença, Wenceslau Guimarães.	Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia
Tomé - Açu	2019	Limites do Município de Tomé-Açu (PA)	Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu - ACTA
Rondônia	2023	Todos os (52) municípios do estado Alta Floresta D'Oeste, Ariquemes, Cabixi, Cacoal, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Espigão D'Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Rio Crespo, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, Vilhena, São Miguel do Guaporé, Nova Mamoré, Alvorada D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alto Paraíso, Buritis, Novo Horizonte do Oeste, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Castanheiras, Chupinguaia, Cujubim, Governador Jorge Teixeira, Itapuã do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova União, Parecis, Pimenteiras do Oeste, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso.	Associação dos Cacaucultores e Chocolateiros de Rondônia- CACAURON

Fonte: INPI, 2025.

Esse mecanismo das IGs, associado com a produção de chocolate resguardado por essas distinções, corrobora para mudança na lógica clássica dessa cadeia produtiva que era:



produzir amêndoas para exportar. Assim, na atual conjuntura de demanda mundial pelo fornecimento do cacau em estado primário, o agronegócio brasileiro passa a investir fortemente em alternativas para se aproveitar dessa condição. O direcionamento tem sido principalmente no sentido de estabelecer a cultura em áreas não convencionais. Nesse sentido, mercado e Estado passam a se articular para atender essa demanda geral, com iniciativas cada vez mais crescentes de pesquisa e expansão da produção em áreas tidas como não convencionais, com auxílio de irrigação e outros aparatos técnico-científicos, como já ocorre no Oeste Baiano (Brainer, 2021; 2022; Codevasf, 2022; 2023), no Ceará na região do perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (Governo do Ceará, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo estando no elenco de culturas que de certa forma compõem um núcleo privilegiado de estudos e pesquisas da Geografia outras ciências humanas e sociais no Brasil do século passado, o contexto da cacauicultura, especialmente após sua crise produtiva iniciada no final da década de 1980, foi, de certo modo, deixada em segundo plano no elenco dos estudos e pesquisas sobre as *commodities* brasileiras. Na atualidade, os movimentos têm apontado para uma re dinamização capitalista da produção com elementos bastante complexos. Nesse sentido, encontram-se aqui alguns elementos iniciais para uma agenda de pesquisa que se pretende a partir dos pontos que aqui foram verificados, assim, grande parte das questões aqui apresentadas demanda aprofundamento, a fim de situar geograficamente esse novo momento da cacauicultura e suas implicações socioespaciais.

REFERÊNCIAS

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001.

BRAINER, Maria Simone. Produção de cacau. **Caderno Setorial ETENE**, ano 6, n.149, p.1-23, 2021.

BRAINER, Maria. Agropecuária: Cacauicultura - ações para o desenvolvimento da atividade. **Caderno Setorial ETENE** ano 7, n.239, p. 1-19, 2022.

CODEVASF, Cultivo de cacau nos projetos públicos de irrigação Formoso, Riacho Grande e Barreiras Norte. **Boletim Informativo dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf**. Ed no 28, p. 3, 2022. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas->



de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/bip/28a-edicao/bip-28-junho- 2022.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

CODEVASF, Cacau do Cerrado: um produto diferenciado para agregação de valor. **Boletim Informativo dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf**. Ed no 30, p. 4, 2022. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/bip/30a-edicao/bip-30-fevereiro-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

DIÉGUES JÚNIOR, M. Propriedade e uso da terra na «Plantation» Brasileira. **Revista Geográfica**, v. 22, n. 48, p. 66-100, 1958.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-153, 2011.

FAO - Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture. **Pays par produits**. Production of Cacao, fèves. Disponível em https://www.fao.org/faostat/fr/#rankings/countries_by_commodity. Acesso em: 29 de jul. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – PAM** 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> . Acesso: 29 jul. 2024.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil**. Disponível em:

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Governo do estado do Ceará Disponível em <https://www.ceara.gov.br/2021/08/31/producao-de-cacau-e-realidade-e-apresenta-bons-resultados-a-partir-de-incentivos-do-governo-do-ceara/>. Acesso em: 10 mar.2025

MONBEIG, P. Os problemas geográficos do cacau no sul do Estado da Bahia. **Boletim Geográfico**. v.2, n.24, p.1878-1883. 1945.

PANIAGUA,S. S. El capital territorial: un nuevo aporte interpretativo e instrumental para el desarrollo regional. **Revista Nueva Época**, v. 1, n. 2, p. 8–23, jul./dez. 2023.

PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. 41a ed. São Paulo: Brasiliense, 1979

SANTOS, M. **Zona do cacau**, introdução ao estudo geográfico, Companhia Editora Nacional.2. ed. São Paulo, 1957.

SANTOS, M. A cultura do cacau na Costa Do Marfim. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 31, p. 68-95, 1959.

SANTOS, K. A economia do cacau em Gana no início do século XXI. **Revista GEOgrafias**, v. 16, n. 2, p. 52-72, 2020.



TREVIZAN, S. Uma relação sociedade natureza: a crise do cacau e o movimento social pela terra no Sul da Bahia, nos anos 90. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, n. 3, p. 81-98, 2019.

XAVIER, L. B; NASCIMENTO JR, F. D. C.; CHIAPETTI, J. Da crise regional às novas dinâmicas de especialização da produção de cacau no sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 79, p. 77-96, 2021.